



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

SIMULADO FINAL

TJ SC

**Analista Administrativo
- Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Analista Administrativo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/6auj2KpZvWkGauDo7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4ejZ0Dv>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

1. Observe a frase a seguir:

"Uma cidade com bibliotecas ativas é uma cidade que conversa consigo mesma."

Da leitura dessa frase, deduz-se que:

- a) as bibliotecas substituem as formas tradicionais de comunicação.
- b) cidades sem bibliotecas não possuem qualquer atividade cultural.
- c) as bibliotecas favorecem a circulação de ideias e conhecimentos.
- d) a principal função das bibliotecas é preservar documentos históricos.
- e) a comunicação urbana depende exclusivamente dos livros.

2. Observe o trecho a seguir:

"A tecnologia ampliou o acesso à informação; nem sempre, porém, ampliou a capacidade de reflexão."

A respeito da organização desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- a) O segundo segmento apresenta uma conclusão decorrente da informação expressa no primeiro.
- b) O advérbio "nem sempre" elimina completamente a validade da informação apresentada no primeiro segmento.
- c) O conectivo "porém" introduz uma ressalva à ideia positiva expressa anteriormente.
- d) A substituição de "porém" por "portanto" preservaria os sentidos originais do trecho.
- e) Os dois segmentos expressam ideias equivalentes, formuladas por meio de construções distintas.

3. Observe a frase a seguir:

"O diretor encaminhou aos conselheiros o relatório final."

Assinale a opção em que o termo destacado exerce a mesma função sintática de "o relatório final".

- a) O parecer desagradou **aos interessados**.
- b) O servidor necessitava **de orientação técnica**.
- c) O juiz considerou **procedente** o pedido.
- d) O relator apresentou **sua manifestação** aos membros da comissão.
- e) O documento fazia referência **à decisão anterior**.

4. Em relação ao emprego do pronome SE nas frases a seguir, assinale aquela em que ele atua como índice de indeterminação do sujeito.

- a) Divulgaram-se os resultados da pesquisa ao final do evento.
- b) Encaminharam-se aos setores competentes as recomendações da auditoria.
- c) Necessita-se de maior integração entre os órgãos de controle.
- d) Publicaram-se, no Diário Oficial, os atos administrativos.
- e) Apresentaram-se os relatórios exigidos pela comissão.

5. Observe a frase:

"A maioria dos participantes concordou com a proposta."

Sobre a concordância verbal empregada, assinale a afirmativa correta.

- a) O verbo deveria obrigatoriamente estar no plural.
- b) O verbo concorda corretamente com o núcleo do sujeito.
- c) Há erro de concordância.
- d) O verbo concorda com o termo "participantes".
- e) Trata-se de concordância por atração.

6. Assinale a frase em que ocorre emprego de linguagem figurada.

- a) O técnico examinou os documentos.
- b) O aluno abriu o livro.
- c) A notícia caiu como uma bomba na empresa.
- d) O servidor protocolou o requerimento.
- e) O motorista estacionou o veículo.

7. Assinale a frase em que ocorre inversão da ordem direta dos termos da oração.

- a) Os candidatos aguardavam o resultado.
- b) O professor explicou a matéria.
- c) Chegaram ao auditório os convidados.
- d) O gerente aprovou a proposta.
- e) Todos compreenderam a decisão.

8. Observe o trecho:

"Se houvesse planejamento adequado, os resultados seriam melhores."

A correlação verbal expressa:

- a) fato concluído.
- b) ordem.
- c) condição não realizada.
- d) explicação.
- e) consequência inevitável.

9. Em:

"Os relatórios foram analisados pela comissão."

A forma verbal encontra-se na:

- a) voz ativa.
- b) voz reflexiva.
- c) voz passiva sintética.
- d) voz passiva analítica.
- e) voz recíproca.

10. Leia o trecho:

"A proposta foi rejeitada; os argumentos apresentados não convenceram os conselheiros."

O ponto e vírgula foi empregado para:

- a) introduzir explicação.
- b) marcar interrupção de raciocínio.
- c) separar orações de relativa autonomia sintática.
- d) indicar discurso direto.
- e) substituir obrigatoriamente dois-pontos.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC

Emerson Bruno

11. De acordo com o previsto no Regimento Interno do TJSC, não constitui órgão do Tribunal:

- a) a Seção Cível.
- b) os Grupos de Câmaras de Direito Civil.
- c) os Grupos de Câmaras Criminais.
- d) a Seção de Direito Público.
- e) as Câmaras de Direito Público.

12. Mariana, estudante de Direito da UFSC, resolve discorrer sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça em trabalho acadêmico. Sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça conclui corretamente que ela será realizada:

- a) Na primeira semana do mês de novembro dos anos pares.
- b) Na primeira semana do mês de dezembro dos anos ímpares.
- c) Na segunda semana do mês de novembro dos anos pares.
- d) Na primeira semana do mês de novembro dos anos ímpares.
- e) Na primeira semana do mês de outubro dos anos ímpares.

13. De acordo com o Regimento Interno, os cargos de direção e as funções administrativas do TJSC terão mandato de:

- a) 2 (dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo ou função.
- b) 2 (dois) anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- c) 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- d) 3 (três) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- e) 1 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.

14. Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, a remessa do processo de um setor para outro deverá ocorrer:

- a) mediante carga física obrigatória.
- b) preferencialmente por correio eletrônico institucional.
- c) exclusivamente por determinação judicial expressa.
- d) via sistema informatizado.
- e) mediante protocolo físico em livro próprio.

15. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, é correto afirmar que:

- a) o cadastro processual poderá ser realizado com data retroativa em situações urgentes.
- b) o cadastro dos processos observará as tabelas processuais unificadas do CNJ.
- c) a distribuição manual possui preferência sobre a automática.
- d) o encaminhamento dos processos ao destino poderá ocorrer mensalmente.
- e) os casos urgentes deverão aguardar conferência posterior para remessa.

16. Ao receber processo para elaboração do cálculo das custas finais, o contador deverá:

- a) limitar-se à apuração do valor principal da dívida.
- b) remeter imediatamente os autos à origem sem inclusão em fluxo administrativo.
- c) aguardar autorização da parte vencedora para definição da sucumbência.
- d) incluir o valor do débito no fluxo de cobrança administrativa de custas finais.
- e) encaminhar os autos diretamente ao Conselho da Magistratura.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

17. A prefeita do Município de Bela Serra, Marina, e o presidente da câmara municipal, Henrique, combinaram informalmente a seguinte estratégia: ela nomearia o irmão de Henrique para cargo em comissão no gabinete do Executivo, enquanto ele nomearia a sobrinha da prefeita para função de confiança no Legislativo local.

Ambos os nomeados possuíam formação compatível com as atribuições dos cargos e os atos de nomeação foram formalmente expedidos pelas autoridades competentes. Após a divulgação da situação, instaurou-se discussão sobre a validade jurídica das nomeações.

No que se refere ao princípio da moralidade administrativa, assinale a opção **correta**.

- a) As nomeações são válidas, porque a existência de qualificação técnica dos nomeados afasta qualquer questionamento fundado em moralidade administrativa.
- b) As nomeações são inválidas, pois o ajuste recíproco entre autoridades para nomeação de parentes configura nepotismo cruzado, incompatível com a moralidade administrativa, ainda que os atos apresentem aparência formal de regularidade.
- c) As nomeações são válidas, pois a moralidade administrativa se confunde integralmente com a moral comum, razão pela qual somente condutas socialmente escandalosas poderiam ser invalidadas por esse fundamento.
- d) As nomeações são inválidas apenas se houver lei municipal específica proibindo expressamente a conduta, já que o princípio da moralidade não possui autonomia suficiente para sustentar a invalidação do ato.
- e) As nomeações são válidas, pois a vedação ao nepotismo alcança apenas situações em que a autoridade nomeia diretamente parente seu, não incidindo quando a nomeação é praticada por agente político diverso

18. Cláudio, servidor público responsável por analisar pedidos administrativos de determinada empresa privada, aceitou prestar consultoria remunerada para essa mesma empresa enquanto ainda exercia suas atribuições no órgão público. A atuação da empresa poderia ser diretamente beneficiada por decisões, ações ou omissões relacionadas ao cargo ocupado por Cláudio.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) A conduta de Cláudio não configura improbidade administrativa, pois a prestação de consultoria privada somente seria vedada se houvesse efetivo dano patrimonial ao erário.
- b) A aceitação de atividade de consultoria para pessoa jurídica com interesse suscetível de ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público pode caracterizar ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, desde que praticado mediante ato doloso.
- c) A sanção de proibição de contratar com o poder público, na hipótese de ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito, deve ficar sempre restrita ao ente público diretamente lesado, sem possibilidade de ampliação.
- d) A multa civil aplicável ao responsável por ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito é sempre fixa e não pode ser majorada em razão da situação econômica do réu.
- e) Na hipótese de ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito, a suspensão dos direitos políticos não pode ser aplicada, sendo cabíveis apenas a perda dos bens acrescidos ilicitamente e o ressarcimento ao erário

GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO*Douglas Schneider*

19. Em uma unidade judiciária, a redistribuição dos fluxos de trabalho gerou queda no engajamento dos servidores. Em vez de apenas reforçar metas e cobrar produtividade, o gestor passou a esclarecer o propósito das tarefas, reconhecer as entregas e ampliar a participação da equipe nas decisões operacionais, observando melhora no clima e no desempenho. Considerando os conceitos de comportamento organizacional e de gestão de pessoas no serviço público, assinale a opção correta.
- a) A motivação dos servidores decorre exclusivamente de recompensas financeiras, de modo que medidas de reconhecimento e participação têm efeito irrelevante sobre o desempenho.
 - b) Liderança e chefia são sinônimos, pois a capacidade de influenciar a equipe resulta automaticamente da autoridade formal atribuída ao ocupante do cargo.
 - c) A motivação envolve fatores intrínsecos, como o sentido do trabalho, o reconhecimento e a participação, e a liderança eficaz atua sobre o engajamento, e não apenas sobre a imposição de metas.
 - d) O clima organizacional constitui aspecto subjetivo sem relação com a produtividade, razão pela qual não deve orientar a atuação gerencial no setor público.
 - e) A cultura organizacional pode ser substituída de imediato por ato normativo da chefia, dispensando processos de comunicação e de construção de valores compartilhados.
20. Para fortalecer a integridade institucional, um tribunal de justiça implantou, de forma articulada, código de conduta, canais de denúncia, gestão de riscos e mecanismos de transparência ativa, com a finalidade de prevenir irregularidades antes que se concretizem, em vez de apenas reagir a desvios já ocorridos. À luz da integridade institucional e da governança no serviço público, assinale a opção correta.
- a) A integridade institucional resume-se à punição posterior dos infratores, não abrangendo medidas preventivas de gestão de riscos e de controle.
 - b) A transparência ativa somente se concretiza mediante requerimento do cidadão interessado, dependendo de provocação para que as informações sejam disponibilizadas.
 - c) A gestão de riscos é incompatível com a Administração Pública, por pertencer exclusivamente à lógica de mercado das organizações privadas.
 - d) Os programas de integridade possuem caráter preventivo e sistêmico, articulando conduta ética, controle, gestão de riscos e transparência para evitar a ocorrência de irregularidades.
 - e) A existência de canais de denúncia viola o princípio da impessoalidade, pois estimula a perseguição pessoal entre servidores e deve ser evitada no setor público.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Emannuelle Gouveia

21. No contexto dos componentes de um computador, identifique qual situação exemplifica corretamente a interação entre hardware e software:

- a) O sistema operacional aumenta fisicamente a capacidade de armazenamento do SSD durante sua execução.
- b) A memória RAM substitui automaticamente o sistema operacional quando o computador é ligado.
- c) Um programa de edição de texto utiliza o processador e a memória para executar suas instruções e processar dados.
- d) O teclado executa instruções de software de forma independente, sem depender do sistema operacional.
- e) O monitor armazena permanentemente os arquivos criados pelos aplicativos.

22. No Microsoft Excel, em português, um usuário deseja contar quantas células, em um intervalo, atendem simultaneamente a mais de um critério. Qual função é mais adequada para essa finalidade?

- a) SOMA
- b) CONT.NÚM
- c) CONT.SE
- d) MÉDIASE
- e) CONT.SES

23. Conforme a LGPD, um órgão público compartilha dados pessoais com outra entidade da administração pública para a execução de uma política pública prevista em lei. Nesse contexto, o compartilhamento dos dados:

- a) Depende exclusivamente do consentimento prévio e expresso do titular.

b) É proibido, pois dados pessoais não podem ser compartilhados entre órgãos públicos.

c) Somente pode ocorrer após autorização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

d) Pode ser realizado quando necessário para a execução de competências legais ou de políticas públicas previstas em leis e regulamentos.

e) Exige a anonimização dos dados antes de qualquer forma de tratamento.

24. No Windows 10 e no Windows 11, um usuário deseja liberar espaço de armazenamento sem excluir definitivamente seus arquivos pessoais. Para isso, ele move diversos arquivos para a Lixeira. Enquanto os arquivos permanecerem na Lixeira:

- a) Não poderão ser restaurados para seus locais de origem.
- b) Serão automaticamente transferidos para um dispositivo de armazenamento externo.
- c) Poderão ser restaurados para seus locais originais pelo usuário.
- d) Deixarão de ocupar espaço em disco até que sejam recuperados.
- e) Serão convertidos em arquivos temporários do sistema.

25. Uma organização adotou uma política segundo a qual cada colaborador deve possuir acesso apenas aos sistemas e informações estritamente necessários para desempenhar suas atividades. Essa prática tem como principal objetivo:

- a) Reduzir o risco de acessos indevidos e limitar os impactos de eventuais comprometimentos de contas.
- b) Garantir que todos os usuários tenham acesso aos mesmos recursos corporativos.
- c) Eliminar a necessidade de autenticação nos sistemas internos.
- d) Impedir a realização de auditorias sobre o uso das informações.
- e) Substituir mecanismos de criptografia e controle de acesso.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA*Lilian Novakoski*

26. A dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil e orienta a interpretação dos direitos humanos e fundamentais. Sobre esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) A dignidade da pessoa humana protege apenas direitos individuais de liberdade.
- b) A dignidade da pessoa humana possui caráter absoluto, não admitindo qualquer ponderação com outros direitos fundamentais.
- c) A dignidade da pessoa humana constitui valor-fonte do sistema jurídico, servindo de fundamento para a proteção dos direitos humanos.
- d) A dignidade da pessoa humana aplica-se exclusivamente aos cidadãos brasileiros.
- e) A dignidade da pessoa humana é princípio exclusivamente previsto em tratados internacionais.

27. O devido processo legal, previsto na Constituição Federal, possui dimensão formal e material. A dimensão material do princípio corresponde à:

- a) Necessidade de observância dos prazos processuais.
- b) Exigência de citação válida em todos os processos.
- c) Garantia de que leis e atos estatais observem critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
- d) Obrigatoriedade de realização de audiência em qualquer procedimento.
- e) Necessidade de defesa técnica exclusivamente por advogado particular.

28. A respeito da efetividade da prestação jurisdicional e do acesso à justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O acesso à justiça se esgota no direito de ingressar com ação judicial.
- b) A efetividade jurisdicional exige apenas a existência de órgãos do Poder Judiciário.
- c) O acesso à justiça compreende o direito a uma tutela jurisdicional adequada, efetiva e prestada em prazo razoável.
- d) A duração razoável do processo aplica-se exclusivamente ao processo penal.
- e) O acesso à justiça não possui relação com os direitos humanos.

29. Acerca das características dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- a) A universalidade significa que os direitos humanos são garantidos apenas aos nacionais de determinado Estado.
- b) A indivisibilidade indica que os direitos humanos não podem ser modificados por tratados internacionais.
- c) A universalidade e a indivisibilidade demonstram que todos os direitos humanos possuem igual relevância e destinam-se a todas as pessoas.
- d) A indivisibilidade autoriza a supressão de direitos sociais quando preservados os direitos civis e políticos.
- e) A universalidade impede a adoção de medidas especiais voltadas a grupos vulneráveis.

30. A igualdade material permite tratamentos diferenciados destinados à redução de desigualdades concretas, através das chamadas ações afirmativas. Por isso, ações afirmativas e políticas inclusivas são compatíveis com a Constituição e com os direitos humanos.

No contexto das políticas judiciárias de inclusão e cidadania, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário limita-se à resolução de conflitos individuais, não possuindo funções relacionadas à promoção de direitos.
- b) A promoção do acesso à justiça é atribuição exclusiva da Defensoria Pública.
- c) As políticas judiciárias de inclusão buscam eliminar barreiras econômicas, sociais, culturais e físicas que dificultam o exercício de direitos.
- d) O acesso à justiça restringe-se aos processos judiciais tradicionais.
- e) A atuação judicial voltada à cidadania é incompatível com o princípio da imparcialidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Elisabete Moreira

31. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Joana, diretora de um fórum, percebeu que as regras adotadas para padronizar o atendimento resultaram em extrema resistência a mudanças por parte dos servidores. Eles passaram a justificar o não atendimento a demandas excepcionais dos jurisdicionados alegando o estrito cumprimento dos manuais, que não previam aquelas situações. Segundo a evolução do pensamento administrativo e a Teoria da Burocracia, esse fenômeno descreve uma:

- a) Racionalidade legal.
- b) Hierarquização da autoridade.
- c) Impessoalidade no relacionamento.

- d) Internalização das regras.
- e) Profissionalização dos participantes.

32. O novo Diretor-Geral do TJ-SC precisa compreender as complexidades globais do Tribunal, vislumbrando o funcionamento integrado de todas as unidades judiciárias e administrativas em resposta às pressões do ambiente político e social externo. De acordo com a teoria de Robert Katz sobre as habilidades do administrador, a situação exige predominantemente a aplicação de habilidades:

- a) Técnicas.
- b) Humanas.
- c) Interpessoais.
- d) Conceituais.
- e) Operacionais.

33. Após a adoção de um novo sistema eletrônico no TJ-SC, a Corregedoria verificou que o tempo médio para o arquivamento de um processo foi reduzido em 40%. Contudo, constatou-se que a taxa de pacificação social não aumentou, pois as partes continuavam ingressando com novas ações sobre os mesmos conflitos. Sob a ótica dos indicadores de desempenho institucionais, afirma-se que:

- a) O tribunal alcançou a efetividade, mas falhou na eficiência.
- b) A produtividade aumentou, mas faltou efetividade.
- c) A eficiência aumentou, mas faltou eficácia.
- d) O indicador de tempo reflete a eficácia institucional.
- e) Houve excelência operacional, logo, há efetividade.

34. Carlos, Analista do TJ-SC, atua recebendo demandas da presidência e, em solenidades de inauguração de novos fóruns, discursa formalmente representando sua diretoria. Conforme os papéis gerenciais propostos por Henry Mintzberg, a atuação de Carlos nas cerimônias corresponde ao papel de:

- a) Disseminador.
- b) Monitor.
- c) Empreendedor.
- d) Símbolo.
- e) Negociador.

35. O Presidente do Tribunal, diante de uma crise orçamentária, convocou sua equipe para estruturar o fluxo de trabalho futuro, distribuindo tarefas e definindo quem terá autoridade sobre os novos recursos tecnológicos adquiridos. Com base nas funções administrativas, essas ações constituem a função de:

- a) Planejamento.
- b) Organização.
- c) Direção.
- d) Liderança.
- e) Controle.

36. Para garantir maior agilidade administrativa, a Presidência do TJ-SC autorizou a compra de suprimentos básicos aos diretores de cada comarca local. Esse movimento, caracteriza um processo de:

- a) Departamentalização funcional.
- b) Centralização tática.
- c) Descentralização decisória.
- d) Estruturação em rede.
- e) Desconcentração geográfica.

37. O TJ-SC instituiu um grande projeto para a virtualização do acervo processual. Para isso, alocou servidores de tecnologia, arquivologia e direito em uma única equipe, os quais passaram a responder tanto aos seus chefes de departamento originais quanto ao gerente deste projeto. Essa configuração contemporânea denomina-se departamentalização:

- a) Linear.
- b) Funcional.
- c) Territorial.
- d) Divisional.
- e) Matricial.

38. O Tribunal de Justiça está subdividido para prestar jurisdição específica por meio das Varas da Infância e Juventude, Varas da Família e Varas Criminais. O critério de departamentalização que orienta primordialmente essa divisão do trabalho é:

- a) Por processos.
- b) Funcional.
- c) Por clientela.
- d) Geográfico.
- e) Por projetos.

39. A equipe de auditoria interna do Tribunal avalia sistematicamente as prestações de contas mensais e a entrega do serviço por parte da empresa terceirizada de limpeza. Quanto ao momento de ocorrência, esse controle organizacional classifica-se como:

- a) Preventivo.
- b) Concorrente.
- c) Diretivo.
- d) Feedback.
- e) Preliminar.

40. Para compreender as razões da morosidade excessiva na expedição de alvarás, os analistas do TJ-SC levantaram dados e constataram que boa parte das falhas decorriam de poucas causas específicas, como quedas de sistema e dados incompletos. A ferramenta da qualidade que permitiu essa constatação analítica foi:

- a) Gráfico de Pareto.
- b) Diagrama de Ishikawa.
- c) Ciclo PDCA.
- d) Fluxograma.
- e) Histograma.

41. A Diretoria de TI desenhou o fluxo futuro de peticionamento utilizando as regras visuais da notação BPMN (*Business Process Model and Notation*), que segundo os fundamentos da Gestão por Processos, apresenta vantagens e desvantagens, como:

- a) O uso da notação BPMN garante a automação do fluxo de peticionamento do Judiciário
- b) A implementação do desenho depende do uso de plataformas BPMS e de um nível adequado de maturidade organizacional.
- c) A modelagem *To-Be* com notação padronizada prescinde do treinamento dos servidores.
- d) A ferramenta notacional elimina a lacuna entre o mapeamento de riscos e a gestão de qualidade total.
- e) O BPMN possui motores de execução integrados que não requerem infraestrutura de TI paralela.

42. Para garantir que o gerente do projeto de modernização do *datacenter* judiciário detenha a autoridade técnica e administrativa para utilizar os recursos e servidores do TJ-SC, a alta direção deve aprovar formalmente o documento estrutural básico, conhecido como:

- a) Estrutura Analítica do Projeto (EAP).
- b) Plano de Gerenciamento de Riscos.

- c) Matriz RACI.
- d) Termo de Abertura do Projeto (TAP).
- e) Cronograma Físico-Financeiro.

GESTÃO DE PESSOAS E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Stefan Fantini

43. Para Chiavenato (2014), a Gestão de Pessoas corresponde a um conjunto integrado de atividades realizadas por especialistas e gestores, com o objetivo de proporcionar competências e competitividade à organização. Segundo o autor, os processos básicos da Gestão de Pessoas são:

- a) Selecionar, Controlar, Remunerar, Treinar, Manter e Aplicar pessoas.
- b) Selecionar, Aplicar, Recompensar, Motivar, Monitorar e Organizar pessoas.
- c) Recrutar, Selecionar, Remunerar, treinar, Comunicar e Motivar pessoas.
- d) Agregar, Aplicar, Recompensar, Desenvolver, Manter e Monitorar Pessoas.
- e) Agregar, Aplicar, Treinar, Organizar, Motivar e Controlar pessoas.

44. O conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização acerca de diferentes aspectos da empresa e do ambiente de trabalho, corresponde ao conceito de:

- a) cultura organizacional
- b) clima organizacional
- c) imagem organizacional
- d) segmentação organizacional
- e) organograma organizacional

45. Segundo Bruce Tuckman, os grupos passam por cinco fases distintas ao longo do seu desenvolvimento. Essas fases são, respectivamente:

- a) formação, turbulência, desempenho, adiamento e normatização.
- b) turbulência, normatização, formação, desempenho e interrupção.
- c) turbulência, normatização, desempenho, formação e interrupção.
- d) normatização, desempenho, adiamento, formação e turbulência.
- e) formação, turbulência, normatização, desempenho e interrupção.

46. O método moderno de avaliação de desempenho realizado de maneira circular, envolvendo todos aqueles que possuem algum tipo de contato com o avaliado, inclusive o próprio indivíduo por meio da autoavaliação, denomina-se:

- a) Efeito Halo
- b) Comparação Binária
- c) Avaliação 360°
- d) Escalas Gráficas
- e) Incidentes Críticos

47. Mário Bros realizou e avaliou o desempenho de seus subordinados considerando o registro de aspectos extremos das características dos indivíduos avaliados, tanto positivos quanto negativos. O método utilizado por Mário Bros é denominado:

- a) Comparação Binária.
- b) Incidentes Críticos.
- c) Efeito Halo.
- d) Avaliação 360°
- e) Escalas Gráficas.

48. João das Neves é um funcionário bastante produtivo. Ao realizar sua avaliação de desempenho, Mário Bros atribuiu avaliação positiva a todos os itens avaliados, influenciado pela alta produtividade de João das Neves, sem analisar adequadamente cada fator de forma individualizada.

Nesse processo de avaliação, Mário Bros cometeu o erro conhecido como:

- a) leniência
- b) efeito central
- c) efeito halo
- d) fadiga
- e) tendência central

49. A liderança caracterizada por uma relação de troca, na qual os liderados recebem benefícios em razão de seu desempenho, ou seja, com o oferecimento de recompensas pelo líder em troca do alcance de metas e objetivos organizacionais, é denominada:

- a) Liderança autocrática
- b) Liderança liberal
- c) Liderança democrática
- d) Liderança transformacional
- e) Liderança transacional

50. O (A) _____ busca aprimorar o desempenho funcional do indivíduo, sendo orientado ao presente e ao cargo atual; o (a) _____, por sua vez, tem por finalidade explorar o potencial de crescimento do indivíduo, com orientação para o futuro e para o indivíduo.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, respectivamente:

- a) gestão participativa; treinamento
- b) desenvolvimento; gestão do conhecimento
- c) desenvolvimento; treinamento
- d) treinamento; desenvolvimento
- e) desenvolvimento; coaching

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA

Ricardo Campanário

51. No que diz respeito à "Gestão de Materiais" (Conceitos, Objetivos e Funções), a atividade que consiste em coordenar a movimentação interna, a guarda ordenada e a preservação dos itens adquiridos, assegurando que eles estejam disponíveis para os setores solicitantes no momento exato e nas condições adequadas de uso, desempenha a função de:

- a) Armazenagem e Gestão de Almoxarifado.
- b) Homologação de Fornecedores Externos.
- c) Planejamento Agregado de Produção.
- d) Marketing de Distribuição Reversa.
- e) Auditoria Contábil de Ativos Fixos.

52. No controle de estoques, o gestor utiliza ferramentas de classificação para otimizar os investimentos. Se uma análise da Curva ABC indicar que um grupo restrito de itens (cerca de 20% do total do catálogo) responde por aproximadamente 80% do valor financeiro total do consumo anual, esse grupo de materiais deve ser classificado na:

- a) Classe C, demandando controles automatizados simplificados e alta rotatividade.
- b) Classe A, demandando máxima rigidez no controle, inventários frequentes e negociações estreitas com fornecedores.
- c) Classe B, demandando atenção intermediária e níveis de estoque elevados para segurança.
- d) Classe Z, indicando criticidade operacional baixíssima e descarte imediato.
- e) Classe X, indicando que o material é de fácil obtenção e não gera custos de manutenção.

53. Na definição das "Políticas de Estoque", a administração estabelece níveis de segurança para evitar falhas no atendimento. O parâmetro que representa a quantidade média de material mantida em estoque ao longo de um período, sendo calculado convencionalmente a partir da soma do estoque de segurança com metade do lote de compra (quando o consumo é linear), é o:

- a) Estoque Mínimo Absoluto.
- b) Ponto de Ressuprimento Crítico.
- c) Estoque Médio.
- d) Estoque Máximo Permitido.
- e) Lote Econômico de Segurança.

54. No estudo dos "Modelos e Cálculos de Estoques", o equilíbrio financeiro é alcançado pela minimização dos custos totais. O modelo matemático do Lote Econômico de Compra (LEC) baseia-se na premissa de encontrar a quantidade ideal por pedido em que ocorre a intersecção (ponto de equilíbrio) entre duas curvas de custos opostas, que são:

- a) O custo de transporte rodoviário e o custo de seguro internacional de cargas.
- b) O custo de obsolescência tecnológica e o custo de depreciação contábil do ativo.
- c) O custo de aquisição da mercadoria (preço do fornecedor) e o custo tributário (ICMS/ISS).
- d) O custo de pedido (preparação/emissão da compra) e o custo de manutenção (armazenagem/capital parado).
- e) O custo de ruptura (falta de estoque) e o custo de movimentação interna por empilhadeiras.

55. No gerenciamento do fluxo de suprimentos, o "Tempo de Reposição" (Lead Time) desempenha um papel crítico na estabilidade operacional. O indicador quantitativo que estabelece o nível exato de estoque que, ao ser atingido, determina o momento em que um novo pedido de compra deve ser obrigatoriamente emitido para que o ressuprimento chegue antes que ocorra a ruptura do estoque é o:

- a) Lote de Fabricação Mínimo.
- b) Giro de Estoque Setorial.
- c) Ponto de Pedido.
- d) Fator de Capacidade Volumétrica.
- e) Coeficiente de Atendimento Imediato.

56. O indicador de "Giro de Estoque" é uma das métricas mais eficientes para avaliar a saúde financeira do almoxarifado. Se determinada organização apresenta um consumo anual de 36.000 unidades de um item de Classe A e mantém uma política de controle rígida que resulta em um Giro de Estoque igual a 12 vezes ao ano, pode-se concluir corretamente que o Estoque Médio desse item é de:

- a) 432.000 unidades.
- b) 12.000 unidades.
- c) 36.000 unidades.
- d) 3.000 unidades.
- e) 1.500 unidades.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Douglas Schneider

57. Em um tribunal, a área de gestão de pessoas convive com práticas de períodos distintos: cargos providos por concurso e hierarquia formalizada, ao lado de indicações pessoais para funções de confiança e de metas orientadas a resultados. Sobre os modelos de administração pública refletidos nessas práticas, assinale a opção correta.

- a) o provimento por concurso e a hierarquia formalizada são traços do modelo patrimonialista, que promove a separação entre o público e o privado.
- b) as indicações pessoais para funções de confiança expressam o modelo gerencial, voltado à eficiência e ao alcance de resultados.
- c) concurso e hierarquia são traços burocráticos; a indicação pessoal remete ao patrimonialismo; e o foco em resultados, ao gerencialismo.
- d) o foco em resultados caracteriza o modelo burocrático, cuja ênfase recai sobre o controle de fins, e não sobre o de processos.
- e) a adoção do modelo gerencial pressupõe a extinção integral das estruturas burocráticas preexistentes na organização.

58. Um gestor estuda a evolução das reformas administrativas brasileiras para fundamentar uma proposta de modernização. Sobre essas reformas, assinale a opção correta.

- a) a criação do DASP, em 1936, introduziu o modelo gerencial na administração pública federal brasileira.
- b) o Decreto-Lei nº 200/1967 promoveu a descentralização para a administração indireta, sendo tido como precursor das práticas gerenciais.
- c) o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, propôs o retorno ao patrimonialismo, com a captura do Estado por interesses privados.
- d) a Constituição de 1988 teria implantado o modelo gerencial puro, suprimindo os traços burocráticos do serviço público brasileiro.
- e) a Emenda Constitucional nº 19/1998 representou um retrocesso ao modelo burocrático, ao priorizar o controle de procedimentos em vez do controle de resultados.

59. No exercício da direção de uma unidade, um gestor distribui tarefas e define a estrutura de autoridade e, em seguida, acompanha os resultados e corrige desvios. Sobre as funções do processo administrativo (planejar, organizar, dirigir e controlar), assinale a opção correta.

- a) organizar consiste em definir os objetivos e as metas futuras da entidade, atividade que antecede e orienta a alocação de recursos.
- b) dirigir resume-se à fiscalização posterior dos resultados alcançados, não guardando relação com a coordenação e a motivação das pessoas no trabalho.
- c) controlar é a função inicial do processo, da qual derivam o planejamento e a organização das atividades.
- d) organizar é estruturar e alocar recursos e atribuições; controlar é medir o desempenho e corrigir desvios ante o planejado.

e) planejar e controlar são a mesma função, distinguindo-se apenas pelo nível hierárquico em que ocorrem.

60. Para subsidiar um plano de ação, uma equipe distingue os conceitos de Estado, governo e política pública. Sobre esses conceitos, assinale a opção correta.

- a) o Estado é permanente; o governo, a expressão temporária do poder político; e a política pública, o conjunto de ações do Estado voltadas a problemas públicos.
- b) Estado e governo são conceitos equivalentes, ambos designando a totalidade da administração federal em um mandato específico.
- c) política pública abrange toda atividade desempenhada por agente público, ainda que sem finalidade pública ou vínculo com um problema coletivo.
- d) o Estado dissolve-se a cada eleição e é refundado pelo novo governo, que redefine a sua organização jurídica permanente.
- e) a política pública é categoria do Executivo federal, sem expressão nas esferas estadual e municipal ou nos demais Poderes.

61. Na avaliação de um programa social, recorre-se ao ciclo de políticas públicas como referência analítica. Sobre esse ciclo, assinale a opção correta.

- a) o ciclo de políticas públicas dispensa a etapa de avaliação, considerada atividade acadêmica posterior, sem efeito sobre a continuidade da política.
- b) a identificação do problema coincide com a implementação, uma vez que o problema público só se torna mensurável durante a execução das ações.
- c) a formulação da política reduz-se à definição do orçamento disponível e antecede a etapa de identificação do problema.
- d) as etapas de avaliação e de implementação são equivalentes, pois ambas se voltam à execução técnica das ações já decididas.
- e) as fases do ciclo (identificação, agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação) não são estanques, admitindo retroalimentação.

62. Um estudo sobre a implementação de uma política pública emprega o conceito de arranjos institucionais. Sobre esse conceito, assinale a opção correta.

- a) arranjos institucionais seriam estruturas dispensáveis à implementação, pois a simples edição da lei já asseguraria a execução integral da política.
- b) por dependerem de regras informais, os arranjos institucionais não comportam a coordenação entre atores estatais e não estatais.
- c) arranjos institucionais reúnem regras, organizações e processos que coordenam os atores da implementação e condicionam a capacidade estatal.
- d) arranjos institucionais equivalem ao texto constitucional, devendo ser uniformes em todas as políticas públicas.

e) a noção de arranjo institucional restringe-se ao Executivo federal, sem participação de entes subnacionais ou da sociedade civil.

63. No planejamento governamental, distinguem-se plano, programa e projeto. Sobre esses instrumentos, assinale a opção correta.

- a) plano e programa são instrumentos equivalentes, ambos voltados ao detalhamento operacional de atividades de execução no curto prazo.
- b) o plano fixa diretrizes amplas; o programa o desdobra em ações coordenadas; e o projeto tem escopo, prazo e recursos próprios.
- c) o projeto é a categoria mais abrangente do planejamento, da qual derivam os planos e os programas, em lógica descendente.
- d) programa e projeto possuem duração indefinida e escopo permanente, integrando a rotina contínua da administração.
- e) plano, programa e projeto aplicam-se à administração indireta, sem expressão na administração direta dos órgãos públicos.

64. A alta administração de um tribunal pretende fortalecer a governança pública da instituição. Sobre governança pública, assinale a opção correta.

- a) governança e governabilidade são termos equivalentes, intercambiáveis na literatura nacional e na estrangeira.
- b) os princípios da governança pública prescindem de transparência, de *accountability* e de participação social.
- c) avaliar, direcionar e monitorar seriam funções privativas do controle externo, não cabendo tais atribuições à alta administração da organização.
- d) a governança opera por mecanismos de liderança, estratégia e controle, ancorados em princípios como transparência e *accountability*.
- e) a governança pública afasta a gestão de riscos, por ser este instrumento típico do setor privado.

65. Em análise sobre a capacidade do Estado, articulam-se os conceitos de governabilidade, *accountability* e gestão por resultados. Sobre esses conceitos, assinale a opção correta.

- a) a governabilidade é distinta da governança: aquela trata das condições políticas de sustentação do poder; esta, dos mecanismos de avaliar, direcionar e monitorar.
- b) *accountability* e governabilidade são sinônimos, pois ambos se referem ao apoio político que sustenta o exercício do poder pelo governante.
- c) a gestão por resultados prioriza o controle dos processos e dos meios sobre o controle dos resultados alcançados pela organização.
- d) *accountability* resume-se à prestação de contas contábil perante o tribunal de contas, sem qualquer dimensão de responsabilização dos agentes.
- e) a governabilidade depende da competência técnica e gerencial da burocracia estatal, sendo independente do apoio político e da legitimidade do governante.

66. Para ampliar o controle social, um órgão estadual fortalece canais de participação e de transparência da sua gestão. Sobre transparência, controle social e participação, assinale a opção correta.

- a) a transparência passiva, por depender de requerimento do interessado, em nada contribui para o controle social exercido sobre a administração pública.
- b) o controle social é atribuição exclusiva dos órgãos de controle interno, não cabendo participação direta dos cidadãos.
- c) a participação social limita-se à realização de eleições periódicas, sem instrumentos de gestão entre os pleitos.
- d) transparência e *accountability* são incompatíveis com a participação social, por exporem decisões ainda em formulação.

- e) conselhos, audiências e consultas públicas, ouvidorias e a transparência ativa viabilizam a participação e o controle social da gestão.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

67. Determinada unidade da Federação pretende contratar operação de crédito externo junto a organismo financeiro internacional, com a finalidade de viabilizar programa de modernização administrativa. No curso da instrução do pedido, constatou-se a ausência de demonstração da relação custo-benefício do empreendimento, bem como de pareceres técnico e jurídico acerca da operação pretendida.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000, a operação de crédito, nessa situação,

- a) poderá ser contratada, desde que haja autorização legislativa específica e previsão no plano plurianual.
- b) dependerá apenas de autorização do Senado Federal, sendo prescindíveis os demais elementos instrutórios.
- c) poderá ser realizada se houver previsão na lei orçamentária anual, ainda que ausentes pareceres especializados.
- d) não poderá ser autorizada, por ausência de requisitos exigidos para a análise do pleito.
- e) dependerá exclusivamente da comprovação de capacidade de pagamento do ente federativo.

68. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o conceito de dívida pública consolidada abrange determinadas obrigações financeiras assumidas pelo ente público, inclusive algumas operações cujo prazo seja inferior a doze meses, desde que presentes requisitos legalmente definidos.

Nesse contexto, integram também a dívida pública consolidada

- a) as operações de crédito com prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
- b) todas as operações de crédito com prazo inferior a doze meses, independentemente de previsão orçamentária.
- c) os restos a pagar processados e não processados, independentemente de sua natureza.
- d) exclusivamente os precatórios judiciais pagos no exercício.
- e) apenas as operações de crédito contratadas no exterior.

Acerca dos assuntos Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e Suprimento de Fundos, julgue os itens que se seguem.

69. Ao final do exercício financeiro de 2025, determinado órgão público apresentava as seguintes despesas empenhadas:

- I. despesa empenhada, liquidada e não paga, no valor de R\$ 200.000;
- II. despesa empenhada, cujo objeto contratual ainda não havia sido entregue, no valor de R\$ 150.000;
- III. despesa empenhada, cujo bem foi entregue em dezembro, mas cuja liquidação somente seria concluída em janeiro de 2026, no valor de R\$ 80.000.

Considerando a disciplina aplicável, a correta classificação dessas despesas é:

- a) I como restos a pagar processados; II e III como restos a pagar não processados.

- b) I e III como restos a pagar processados; II como restos a pagar não processados.

- c) I como restos a pagar não processados em liquidação; II como restos a pagar processados; III como restos a pagar não processados.

- d) I e II como restos a pagar não processados; III como restos a pagar processados.

- e) I, II e III como restos a pagar processados.

70. O pagamento de restos a pagar decorre de despesa regularmente empenhada em exercício anterior, cuja execução financeira se realiza posteriormente. Por essa razão, sua classificação não se confunde com a da despesa orçamentária do exercício em que ocorre o desembolso.

Assim, o pagamento de restos a pagar é classificado como

- a) despesa orçamentária do exercício em que ocorre o pagamento.
- b) despesa extraorçamentária do exercício em que ocorre o pagamento.
- c) receita orçamentária do exercício em que se efetiva a quitação.
- d) receita extraorçamentária, em razão do ingresso e da saída de valores.
- e) fato exclusivamente patrimonial, sem reflexos financeiros.

71. Ao final do exercício financeiro, determinada despesa havia sido regularmente empenhada, e o bem correspondente já havia sido entregue pelo fornecedor. Todavia, a Administração ainda não concluíra a conferência documental necessária à liquidação da despesa.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, essa despesa deverá ser inscrita como

- a) restos a pagar processados.
- b) despesa de exercícios anteriores.
- c) restos a pagar não processados a liquidar.
- d) restos a pagar não processados em liquidação.
- e) despesa anulada, até que se conclua a conferência documental.

Acerca do assunto Finanças Públicas, julgue os itens que se seguem.

72. No sistema orçamentário brasileiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias exerce função de conexão entre o planejamento de médio prazo e o orçamento anual, estabelecendo parâmetros relevantes para a elaboração da lei orçamentária e para a condução da política fiscal.

Nos termos da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve

- a) estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro.
- b) estabelecer, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração para período de quatro anos.
- c) compreender as metas e prioridades da Administração Pública, orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre alterações na legislação tributária.
- d) conter exclusivamente autorização para abertura de créditos suplementares.
- e) disciplinar diretamente a execução dos programas governamentais.

73. A Constituição Federal prevê que a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha participação societária com determinadas características.

Nesse sentido, o orçamento de investimento abrange as empresas em que a União

- a) detenha qualquer participação no capital social, ainda que sem influência sobre sua administração.
- b) detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.
- c) possua apenas participação minoritária, desde que relevante sob o ponto de vista econômico.
- d) realize transferências voluntárias destinadas ao custeio de suas atividades.
- e) exerça apenas poder regulatório, sem participação societária.

74. O projeto de lei orçamentária anual deve ser acompanhado de demonstrativos que permitam avaliar determinados efeitos fiscais decorrentes de renúncias e benefícios concedidos pelo poder público, inclusive sob perspectiva regionalizada.

Nesse contexto, deverá acompanhar o projeto de lei orçamentária anual demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de

- a) restos a pagar inscritos e do montante da dívida fundada.
- b) emendas parlamentares impositivas e créditos extraordinários abertos no exercício anterior.
- c) isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- d) despesas com pessoal e encargos sociais, discriminadas por Poder.
- e) operações intraorçamentárias e transferências constitucionais obrigatórias.

Acerca do assunto **Créditos Adicionais**, julgue os itens que se seguem.

75. Durante a execução do orçamento de determinado Estado, verificou-se que certa ação governamental já contemplada na lei orçamentária anual dispunha de dotação insuficiente para atender à demanda efetivamente constatada. Não houve modificação do objeto da ação, mas apenas a necessidade de reforço dos recursos originalmente alocados.

Nessa hipótese, a alteração orçamentária adequada consiste na abertura de crédito

- a) extraordinário, em razão da superveniência da necessidade durante o exercício financeiro.
- b) especial, por envolver alteração qualitativa da programação originalmente aprovada.
- c) suplementar, por se destinar ao reforço de dotação orçamentária já existente.
- d) extraordinário, desde que a insuficiência seja identificada após o início da execução da despesa.
- e) especial, ainda que já exista dotação própria consignada na lei orçamentária.

76. Determinada lei autorizou, em novembro de 2025, a abertura de crédito especial. Ao final do exercício, remanesceu saldo não utilizado da autorização concedida.

De acordo com a disciplina constitucional aplicável, esse saldo

- a) deverá ser obrigatoriamente cancelado com o encerramento do exercício financeiro.
- b) poderá ser reaberto no exercício subsequente, nos limites do saldo remanescente.
- c) será automaticamente incorporado à lei orçamentária anual do exercício seguinte.
- d) somente poderá ser utilizado mediante abertura de crédito suplementar.
- e) poderá ser convertido em crédito extraordinário, desde que mantida a mesma finalidade.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

77. Um grupo de moradores de um município catarinense, insatisfeitos com a qualidade do transporte público local, decidiu mobilizar-se e em vez de apenas protestar, o grupo buscou uma forma de fiscalizar ativamente as planilhas de custos e participar da formulação das políticas de mobilidade de forma contínua e institucionalizada, sentando-se à mesa com representantes do governo e das concessionárias. No contexto dos instrumentos de controle social na Administração Pública brasileira, o mecanismo mais adequado para essa atuação conjunta e permanente é denominado:

- a) Ação Popular.
- b) Referendo municipal.
- c) Conselho Gestor de Políticas Públicas.
- d) Auditoria do Tribunal de Contas.
- e) Projeto de iniciativa popular.

78. Durante um seminário de capacitação de novos analistas, debateu-se um caso de grande repercussão em que o Ministério Público Estadual ajuizou uma ação civil pública contra o prefeito da capital por improbidade administrativa, o que culminou no bloqueio de bens do chefe do Executivo, o que configurou, no tipo clássico de *accountability* denominada:

- a) vertical.
- b) societal.
- c) gerencial.
- d) horizontal.
- e) responsiva.

79. Visando dar estrito cumprimento às exigências de responsabilidade fiscal e ao fortalecimento do controle social, o setor contábil de um ente público ajustou seus sistemas às normas da Lei Complementar nº 131/2009. O gestor determinou formalmente que os dados detalhados referentes à execução orçamentária e financeira fossem disponibilizados no portal de transparência até o 15º dia útil do mês subsequente à respectiva liquidação da despesa. Segundo a referida norma, no que tange à liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, a medida do gestor:

- a) Atende à legislação, uma vez que o prazo de 15 dias úteis constitui o limite legal tolerado para a consolidação e fechamento dos balancetes contábeis.
- b) Fere a legislação, pois a norma exige a disponibilização pormenorizada da execução orçamentária e financeira em tempo real.
- c) Atende à legislação, desde que o ente comprove incapacidade técnica de fornecimento tempestivo ao Tribunal de Contas.
- d) Fere a legislação, pois a divulgação de despesas públicas não licitadas independe de prazos.
- e) Atende à legislação, visto que a transparência ativa, em sede orçamentária, dispensa a tempestividade diária.

80. Um pesquisador solicitou ao órgão de inteligência estadual, amparado na Lei nº 12.527/2011 (LAI), acesso a documentos operacionais de alta sensibilidade. A autoridade competente, mediante fundamentação legal cabível, classificou a informação como "secreta", argumentando que sua divulgação ofereceria alto risco à segurança pública e da sociedade. Passados dezenove anos da classificação original, o pesquisador reiterou o pedido no SIC, argumentando a expiração do prazo de sigilo. Considerando as regras de reavaliação e temporalidade da LAI, a alegação de expiração do prazo feita pelo pesquisador está:

- a) Incorreta, pois as informações classificadas como secretas possuem prazo máximo de sigilo de 25 anos, prorrogáveis por igual período em caráter excepcional.
- b) Correta, pois o prazo máximo de restrição de acesso para informações secretas é de 15 anos.
- c) Incorreta, uma vez que o grau de classificação secreto determina o sigilo permanente do documento no âmbito da administração estadual.
- d) Correta, visto que qualquer classificação de sigilo na referida legislação esbarra no limite absoluto de 10 anos.
- e) Incorreta, pois informações secretas possuem prazo de 5 anos, que foram tacitamente renovados quatro vezes sucessivas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
